

# Ética e Violência no Brasil<sup>a</sup>

*Ethics and Violence in Brazil*

*Ética y violencia en Brasil*

Marilena Chaui\*

**RESUMO:** A violência não é percebida onde se origina e onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida e, por não ser percebida, é naturalizada, sendo que essa naturalização conserva a mitologia da não-violência, com a qual se brada pelo “retorno à ética” e essa “ética”, não é a verdadeira ética e sim uma ideologia que serve para ocultar a violência constitutiva da sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Ética. Brasil.

**ABSTRACT:** Violence is not perceived where it originates and where it is defined as violence properly, that is, as all practices and ideas that reduce subjects to the condition of a thing, that violates the being of somebody both internally and externally, that perpetuates social relations of deep economic, social and cultural inequality. More than that, society does not perceive that the very explanations offered are violent, because they are unable to identify the real place of violence production, that is, the structure of the Brazilian society. Thus, economic, social and cultural inequalities, economic, social and political exclusions, and the corruption as the modus operandi of institutions, racism, sexism, religious, sexual and political intolerance are not considered forms of violence, that is, the Brazilian society is not perceived as structurally violent, and violence appears as a sporadic fact of surface. In other words, the ideological mythology and procedures make the violence that structures and organizes Brazilian social relations not to be perceived, and, as it is not perceived, violence is naturalized, and this naturalization maintains the mythology of non-violence, with which people argue for the “return to ethics” and this “ethics” is not the true ethics but rather an ideology that serves to occult the constituent violence of the Brazilian society.

**KEYWORDS:** Violence. Ethics. Brazil.

**RESUMEN:** La violencia no se percibe donde se origina y donde se define como violencia correctamente, es decir, como todas las prácticas e ideas que reduzcan sujetos a la condición de una cosa, que viola el ser de alguien interna y externamente, que perpetúa relaciones sociales de profunda desigualdad económica, social y cultural. Más que eso, la sociedad no percibe que las propias explicaciones ofrecidas son violentas, porque no pueden identificar el lugar verdadero de la producción de la violencia, es decir, la estructura de la sociedad brasileña. Así, las desigualdades económicas, sociales y culturales, las exclusiones económicas, sociales y políticas, y la corrupción como el modus operandi de las instituciones, el racismo, el sexismo, de la intolerancia religiosa, sexual y política no se consideran como formas de violencia, es decir, no se percibe a la sociedad brasileña como estructuralmente violenta, y la violencia aparece como hecho esporádico de superficie. En otras palabras, la mitología y los procedimientos ideológicos hacen que no se perciba la violencia que estructura y organiza las relaciones sociales brasileñas, y, como no se percibe, se naturaliza la violencia, y esta naturalización mantiene la mitología de la no-violencia, con la cual la gente defiende la “vuelta a la ética” y esta “ética” no es una verdadera ética, sino una ideología que sirve a ocultar la violencia constitutiva de la sociedad brasileña.

**PALABRAS-LLAVE:** Violencia. Ética. Brasil.

\* Graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Doutora e Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade de São Paulo. E-mail: mchaui@ajato.com.br

a. Este texto, enviado antecipadamente, é resultante de uma palestra proferida na Semana de Filosofia, no dia 17 de Novembro de 2011, promovida pelo curso de Filosofia do Centro Universitário São Camilo.

A palavra ética vem do grego, *éthiké*, derivada de *ta ethé*, e a palavra moral vem do latim, *mores*. *Ta ethé* e *mores* significam os costumes e os modos de agir de uma sociedade. Na língua grega, *ethos*, e na latina, *ingenium*, é o caráter, a índole ou o temperamento individual que deve ser educado para conformar-se aos costumes definidos pela sociedade como corretos.

A ética é uma parte da filosofia que se dedica às coisas referentes ao caráter e à conduta dos indivíduos e por isso volta-se para a análise de um conjunto de ideias que são valores propostos por uma sociedade e para a compreensão das condutas humanas individuais e coletivas, indagando sobre suas causas ou motivos, seus sentidos, seus fundamentos e finalidades.

Para tanto, a ética se ocupa com a figura do agente ético e de suas ações e atitudes, tendo como referência seus motivos e os valores conforme aos quais uma ação ou uma atitude são consideradas eticamente corretas.

Toda moral é normativa, pois cabe-lhe a tarefa de inculcar nos indivíduos os padrões de conduta, os costumes e valores da sociedade em que vivem, mas nem toda ética precisa ser normativa. Uma ética normativa é uma ética dos deveres e obrigações e se assemelha à moral; uma ética não-normativa é uma ética que estuda as ações e as paixões humanas em vista da felicidade, e que toma como critério as relações entre a razão e a vontade no exercício da liberdade como expressão da natureza singular do indivíduo ético que aspira pela felicidade. No entanto, quer a ética seja ou não normativa, não há ética enquanto investigação filosófica se não houver uma teoria que fundamente as ideias de agente ético, ação ética e valores éticos.

Sob essa perspectiva geral, podemos dizer que uma ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética.

O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser *livre* que decide e escolhe o que faz, e como um ser *responsável* que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõem sempre uma diferença intrínseca entre condutas, segundo o bem, o justo e o virtuoso. Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se for realizada em

conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externos. Como a palavra autonomia indica, é autônomo aquele que é capaz de dar a si mesmo as regras e normas de sua ação. Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre ética e moral, ou seja, entre a autonomia do agente ético e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade: com efeito, esses valores constituem uma tábua de deveres e fins que, do exterior, obrigam o agente a agir de uma determinada maneira e por isso operam como uma força extrema que o pressiona a agir segundo algo que não foi ditado por ele mesmo. Em outras palavras, o agente não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior e que constitui a moral de sua sociedade. Enfim, a ação só é ética se a realização for de natureza racional, livre e responsável do agente e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade e a intersubjetividades éticas são ações e a ética existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais, definidos por laços e formas de sociabilidade criados também pela ação humana em condições históricas determinadas.

A palavra violência vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano

e sim como coisa, aplicando-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a essa palavra.

\*\*\*

Hoje a palavra de ordem em toda parte é o “retorno à ética” ou a “necessidade de ética”. Fala-se em crise dos valores e na necessidade de um retorno à ética, como se essa estivesse sempre pronta e disponível em algum lugar e como se nós a perdêssemos periodicamente, devendo, periodicamente, reencontrá-la. É como se a ética fosse uma coisa que se ganha, se guarda, se perde e se acha intersubjetiva consciente e livre que se faz à medida que agimos e que existe somente por nossas ações e nelas. Por que a palavra de ordem “retorno à ética”? Porque:

- o refluxo dos movimentos e das políticas de emancipação do gênero humano criou um vazio que a ideologia neoliberal sente-se à vontade para preencher a seu bel-prazer porque não encontra opositores;
- a forma atual da acumulação ampliada do capital, chamada de acumulação flexível, produz a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, destruindo seus antigos referenciais de identidade e de ação e tornando altamente complicada a criação de novos referenciais, de tal maneira que a fragmentação e a dispersão tendem a aparecer como naturais e a se oferecer como valores positivos;
- a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica aparecem no estímulo neoliberal ao individualismo competitivo e ao sucesso a qualquer preço, de um lado, e, de outro lado, como a salvação contra o egoísmo pela produção do sentimento comunitário por todas as formas religiosas de fundamentalismo. O elogio do individualismo agressivo e a busca do fechamento religioso destroem o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica como campos de abertura e realização coletiva do possível no tempo, isto é, a criação histórica;
- as mudanças tecnológicas, a partir do momento em que a técnica deixa de ser ciência aplicada para tornar-se ciência cristalizada em objetivos de intervenção humana sobre a natureza e a socieda-

de, transformam a tecnologia não só em forma de poder, mas sobretudo em força produtiva e parte integrante do capital, e essa transformação, feita exclusivamente sob a lógica do mercado, é sua transformação em lógica do poder como decisão sobre a vida e a morte em escala planetária;

- a sociedade da mídia e do consumo de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista que cultua sua própria imagem como única realidade que lhe é acessível e que, exatamente por ser narcísica, exige aquilo que a mídia e o consumo lhe prometem sem cessar, isto é, satisfação imediata dos desejos, a promessa ilimitada de juventude, saúde, beleza, sucesso e felicidade que lhe virão por meio das “mercadorias” fetichizadas, promessas que, no entanto, não podem se cumprir gerando frustração e nihilismo.

A esse quadro, contrapõe-se a palavra de ordem do “retorno à ética” como panaceia geral. Como é pensada essa ética, à qual se pretenderia “retornar”?

Em primeiro lugar, como reforma dos costumes (portanto, como moralidade) e como restauração de valores e não como análise das condições presentes de uma ação ética.

Em segundo lugar, como dispersão de éticas (ética política, ética familiar, ética escolar, ética profissional, ética da empresa, ética médica, ética universitária), desprovida de qualquer universalidade, porque espelha sem análise e sem crítica a dispersão e fragmentação socioeconômica. Na verdade, a ética é confundida com a organização e divisão de funções e de responsabilidades em uma instituição e, portanto, entendida como um código de ações predefinidas de acordo com os objetivos funcionais da instituição. Mais do que ideologia, essa pluralidade de éticas exprime a forma contemporânea da alienação, isto é, de uma sociedade totalmente fragmentada e dispersa que não consegue estabelecer para si mesma sequer a imagem da unidade que daria sentido à sua própria dispersão. Fragmentada em pequenas éticas locais, a que se reduz a ética? Passa a ser entendida como competência específica de especialistas (as comissões de ética) que detêm o sentido das regras, normas, valores e fins locais e julgam as ações dos demais segundo esses pequenos padrões localizados, os quais, frequentemente, estão em contradição

com outras localidades, pois a sociedade capitalista é tecida pelas contradições internas.

Em terceiro lugar, é entendida como defesa humanitária dos direitos humanos contra a violência, isto é, tanto como comentário indignado contra a política, a ciência, a técnica, a mídia, a polícia e o exército, quanto como atendimento médico-alimentar e militar dos deserdados da terra. É o momento no qual as ONGs deixam de ser vistas e pensadas como partes de movimentos sociais mais amplos ligados à cidadania, para serem reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpada dos privilegiados.

Pensada dessa maneira, a ética se torna pura e simples ideologia e, como tal, propicia ao exercício da violência. Por quê?

Em primeiro lugar, porque o sujeito ético ou sujeito de direitos está cindido em dois: de um lado, o sujeito ético como vítima, como sofredor passivo, e de outro lado, o sujeito ético piedoso e compassivo, que identifica o sofrimento e age para afastá-lo. Isso significa que, na verdade, a vitimização faz com que o agir ou a ação fique concentrada nas mãos dos não-sofredores, das não-vítimas, que devem trazer, de fora, a justiça para os injustiçados. Esses, portanto, perderam a condição de sujeitos éticos propriamente ditos para se tornarem objetos de nossa compaixão. Isso significa que, para que os não-sofredores possam ser éticos, é preciso duas violências: a primeira, factual, é a existência de vítimas; a segunda, o tratamento do outro como vítima sofredora passiva e inerte, que recusam a compaixão e por isso mesmo, em uma típica inversão ideológica, são considerados não sujeitos éticos e sim agentes da violência.

Em segundo lugar, porque enquanto na ética é a ideia do bem, do justo e do feliz que determina a autoconstrução do sujeito ético, na ideologia ética é a imagem do mal que determina a imagem do bem, isto é, o bem torna-se simplesmente o não-mal (não, se ofendido no corpo e na alma – não ser maltratado no corpo e na alma é o bem). O bem se torna a mera ausência de mal ou privação de mal, não é algo afirmativo e positivo, mas puramente reativo. Eis por que a ética, como ideologia, salienta e sublinha o sofrimento individual e coletivo, a corrupção política e policial, pois com tais imagens ela oferece fatos visíveis que sustentam seu discurso e consegue obter o consenso da opinião, isto é, somos todos contra o Mal,

porém não nos perguntem sobre o Bem, porque esse divide a opinião.

Em terceiro lugar, porque a imagem do mal e a imagem da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência culpada. Precisamos das imagens da violência para nos considerarmos sujeitos éticos.

A ética como ideologia significa que, em lugar da ação reunir os seres humanos em torno de ideias e práticas positivas de liberdade e felicidade, ela os reúne pelo consenso do mal. Com isso, a ética como ideologia é duplamente perversa: por um lado, ela procura fixar-se em uma imagem do presente como se esse não só fosse eterno, mas sobretudo como se existisse por si mesmo, isto é, como se não fosse efeito das ações humanas e como se não tivesse causas passadas e efeitos futuros, isto é, reduz o presente ao instante imediato sem porvir; por outro lado, procura mostrar que qualquer ideia positiva do bem, da felicidade e da liberdade, da justiça e da emancipação humana é um mal. Em outras palavras, considera que as ideias modernas de racionalidade – em seu sentido histórico, com abertura temporal do possível pela ação humana, objetividade, subjetividade – teriam sido responsáveis por todo o mal do nosso presente, cabendo tratá-las como mistificações totalitárias. A ética como ideologia é perversa porque toma o presente como fatalidade e anula a marca essencial do sujeito ético e da ação ética, isto é, a liberdade.

\*\*\*

Há, no Brasil, um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as dificuldades étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais, etc. Por que emprego a palavra “mito” e não o conceito de ideologia para referir-me à maneira como a não-violência é imaginada no Brasil? Emprego mito dando-lhe os seguintes traços:

a) Como indica a palavra grega *mythos*, o mito é uma narrativa da origem reiterada em inúmeras narrativas derivadas que repetem a matriz da primeira narrativa, a qual, porém, já é uma variante de uma outra narrativa,

cujas origens se perderam. Em suma, o mito é narrativa da origem sem que haja uma narrativa originária;

b) O mito opera com antinomias, tensões e contradições que não podem ser resolvidas sem uma profunda transformação da sociedade no seu todo e que por isso são transferidas para uma solução simbólica e imaginária que torna suportável e justificável a realidade. Em suma, o mito nega e justifica a realidade negada por ele;

c) Mito cristaliza-se em crenças que são interiorizadas em um grau tal de forma que não são percebidas como crenças e sim tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Em suma, o mito substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente;

d) Mito resulta de ações sociais e produz como resultado outras ações sociais que o confirmam, isto é, um mito produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram na e pela ação dos membros da sociedade. Em suma, o mito não é um simples pensamento, mas formas de ação;

e) Mito tem uma função apaziguadora e repetidora, assegurando à sociedade sua autoconservação sob as transformações históricas. Isso significa que um mito é o suporte de ideologias: ele as fabrica para que possa, simultaneamente, enfrentar as mudanças históricas e negá-las, pois cada forma ideológica está encarregada de manter a matriz mítica inicial. Em suma, a ideologia é a expressão temporal de um mito fundador que a sociedade narra a si mesma.

Em resumo, tomo a noção de mito no sentido antropológico de solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico e muito menos no plano real. E falo em mito fundador porque, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença histórica e se conserva como perenemente presente. Nesse sentido, mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem ao real. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. No nosso caso, o mito fundador é exatamente o da não-violência essencial da so-

cidade brasileira e cuja elaboração remonta ao período da descoberta e conquista da América e do Brasil. Em suma, o grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não-violência. Nossa autoimagem é a de um povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro.

Muitos indagarão como o mito da não-violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida de todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação de massa. Ora, é justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para conservar-se. O mito da não-violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência de fato da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida.

Como explicar que a exibição contínua pelos meios de comunicação de massa da violência no País possa deixar intocado o mito da não-violência e ainda suscitar o clamor pelo retorno à ética? Para responder, precisamos examinar os mecanismos ideológicos de conservação da mitologia.

O primeiro mecanismo é o da *exclusão*: afirma-se que a nação brasileira é não-violenta e que, se houver violência, essa é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiro-não-violentos e um eles-não-brasileiro-violentos. “Eles” não fazem parte do “nós”.

O segundo mecanismo é o da *distinção*: distingue-se o essencial e o acidental, isto é, por essência, os brasileiros não são violentos e, portanto, a violência é acidental, um acontecimento efêmero, passageiro, uma “epidemia” ou um “surto localizado” na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável e que deixa intacta nossa essência não-violenta.

O terceiro mecanismo é *jurídico*: a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os “agentes violentos” (de modo geral, os pobres) e legitimar a ação (essa sim, violenta) da polícia con-

tra a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados. A ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de “chacina” ou “massacre” quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado. No restante das vezes, porém, o assassinato policial é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o “nós” contra o “eles”.

O quarto mecanismo é *sociológico*: atribui-se a “epidemia” da violência a um momento definido do tempo, aquele no qual se realiza a “transição para a modernidade” das populações que migraram do campo para a cidade e das regiões mais pobres (norte e nordeste) para as mais ricas (sul e sudeste). A migração causaria o fenômeno temporário da anomia, no qual a perda das formas antigas de sociabilidade ainda não foram substituídas por novas, fazendo com que os migrantes pobres tendam a praticar atos isolados de violência que desaparecerão quando estiver completada a “transição”. Aqui, não só a violência é atribuída aos pobres e desadaptados, como ainda é consagrada como algo temporário ou episódico.

Finalmente, o último mecanismo é o da *inversão do real*, graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não-violentos. Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção natural à natural fragilidade feminina, esta proteção inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem o estupro é um ato feminino de provocação e sedução; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros; a repressão

contra os homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos degenerados; a destruição do meio ambiente é orgulhosamente vista como sinal de progresso e civilização, etc.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida e, por não ser percebida, é naturalizada, sendo que essa naturalização conserva a mitologia da não-violência, com a qual se brada pelo “retorno à ética” e essa “ética”, não é a verdadeira ética e sim uma ideologia que serve para ocultar a violência constitutiva da sociedade brasileira.

Recebido em: 26 de setembro de 2011.

Aprovado em: 3 de outubro de 2011.